

**ESPAÇO EXISTENCIAL:
RUMO À TOTALIDADE SOCIOESPACIAL**

EXISTENTIAL SPACE:
TOWARDS SOCIOESPATIAL TOTALITY

Jahan Natanael Domingos Lopes
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil
Cidade Universitária Zeferino Vaz-Barão Geraldo, Campinas – SP, 13083-970
E-mail: jahan_natanael@hotmail.com

Resumo

À guisa de conceber o Espaço existencial, versa-se sua constituição a partir da ontologia em busca de sua abertura socioespacial. Dessarte, caminhou-se a compreender a totalidade espacial (ao *ser-em*) e a totalidade social (ao *ser-com*) para, no conluio existencial, chegar-se à totalidade socioespacial. O Espaço existencial, aberto na espacialidade prático-inerte, incita pensar-se em uma concepção social: Espaço social, Espaço comum e Espaço individual; e uma espacial: Espaço local, Espaço nacional e Espaço mundial. Imbrica-se, assim, a experiencialidade da *práxis-processo* através do Homem (ao espaço humano) e da Natureza (ao espaço natural) em uma circularidade de êxtero-condicionamento conforme as exigências da diferenciação de escassez. A questão do trabalho adentra-se na ontologia entramada no indivíduo-comum-social, ao passo da globalização como fundamento do império do comum. Assim, transpassa-se a imbricação intersubjetiva e interobjetiva em base geoexistencial, sustentando o espaço existencial pela compreensão sintético-analítica.

Palavras-chave: Pensamento geográfico, Geografia existencial, Ontologia-fenomenológica, Economia.

Abstract

In the process of conceiving the existential Space, it is related to ontology in search of its sociospatial openness. Disart, it was commnartoised to understand spatial totality (by *being-in*) and social totality (by *being-with*) to, in existential collusion, to reach sociospatial totality. Existential Space, open in practical-inert spatiality, encourages thinking of a social conception: Social space, Common space and Individual space; and a space: Local space, National space and World space. Thus, the experility of the *praxis-process* through Human (to human space) and Nature (to natural space) is imbricated in an extero-conditioning circularity according to the requirements of scarcity differentiation. The issue of work is entered into ontology entered into the social-common-individual, while globalization as the foundation of the empire of the common. Thus, intersubjective and interobjective imbrication is transeived on a geoexistencial basis, sustaining existential space through synthetic-analytical understanding. as the foundation of the empire of the common.

Keywords: Geographical thinking, Existential geography, Phenomenological ontology, Economy.

1. Introdução

Admiravelmente aparelhada por seus progressos no conhecimento do espaço, naquele tempo, da natureza íntima das coisas e do próprio homem, a humanidade é atualmente bastante avançada para abordar o problema de sua existência.

(Reclus, 2011, p. 59)

Na construção do conhecimento geográfico, muitos são seus impasses característicos. Atualmente, mais do que nunca, o cenário está atravancado nas “três categorias principais de geógrafos: os que privilegiam a natureza, os que insistem na interação homem-meio (natural) e os que tentam propô-la como uma ciência social” (SILVA, 1978, p. 115). Nessas vias possíveis, tem-se o caminho capaz de conceber uma outra postura

frente à intenção objetiva: construir, pela geografia, uma perspectiva para o existencial. Dessarte, far-se-á isso ao rumo da “Geografia existencial”, desfrutando-se para esse percurso a partir da totalidade Terra-Mundo-Universo (LOPES, 2021; 2022). Compreende-se, disso, uma perspectiva que remonta às esferas objetadas geograficamente: dos entes (Terra), dos seres (Mundo) e do nada (Universo). As esferas discutem, como método, questões a serem refletidas geograficamente, haja vista que: “O método só deve tornar-se questão quando existe uma questão de método” (SILVA, 1978, p. 2). Dessa forma, delinea-se, na totalidade geográfica, um vínculo de tessitura que assenta uma exigência teórico-metodológica no desfrute, aqui prospectado, rumo à questão para o socioespacial.

O conhecimento geográfico, em suas delimitações, perde, pelas polarizações predicativas (geografia humana, geografia natural etc.), o caráter do todo. Outrossim, ao sentido de emenda entre homem e natureza vincula-se uma relação de mútua corrosão, isto é, perde-se em uma episteme: ora sintética, ora analítica. Confronta-se essa pendulação em busca de uma elaboração sintético-analítica pelo caminho existencial. Entremete-se, conforme as fundamentações de J. Sartre (2015; 2002), caminhar para uma relação entre o ser existente e o mundo essente, em uma compenetração que promove a principal orientação existencialista: “a existência precede e condiciona a essência” (SARTRE, 2015, p. 543). Do ser ao mundo e do mundo ao ser, há a circularidade interna à geografia existencial que, em profusão superior à Terra e inferior ao Universo, aprofunda o sentido existencial do ser humano concernente ao Mundo. Desse modo, visa-se a uma reconstituição da geografia ao prumo sintético-analítico conforme as geosferas existenciais.

O existencialismo está na existência geográfica, contudo, em outra questão, a da geografia existencial, há o existencial como abertura para além da circularidade entre existência e essência, em configuração da totalidade geográfica. Circulam-se os mundos (circundantes: animal, vegetal e humano) na fusão do pleno Mundo (humano) (GADAMER, 2015). Nesse sentido, desde já, adequa-se dizer que durante este trabalho as palavras iniciadas por maiúsculas situam categorias e as com minúsculas conceitos. A compreensão geral da razão de ser da geografia: “todavia, o objetivo não é uma geografia preocupada com investimentos, mas com todas as formas de existência” (SANTOS, 2017, p. 48). A discussão da complexidade do sistema capitalista, nas articulações existenciais, não deve – em uma deontologia defronte ao pensamento de uma certa geografia – ser motivadora desse contexto, mas crítica em vista de subverter e de planejar o Mundo de modo a se aproximar da uma doutrina social da verdade, justiça e dignidade: isso na trama da intersubjetividade e da interobjetividade existenciais.

A compreensão ontológica de acordo com a ciência geográfica está transpassada conforme o espaço e sua constituição: quer seja ela material ou imaterial. Sua concepção

abre-se ao que: "Nada pode existir, senão no e como espaço. O que no fundo não é mais que um truísmo filosófico. Desde a filosofia clássica sabe-se que não há matéria fora do espaço." (MOREIRA, 2007, p. 33). Com isso, há a leitura do espaço – o que não exclui o transpasse fluido do tempo – como cerne da geograficidade. Indica-se, assim, a performance espaço-tempo da existência geográfica que dá a essência geográfica à totalidade geográfica. O modo de tecer-se a essência à existência, na trama de M. Santos (2017, p. 67), está diretamente relacionado com a linguagem, isto é, "se o objeto precedesse nosso pensamento, não poderíamos nomeá-lo". Por conseguinte, consente-se que o nomear constrói o pensar e não o pensar que constrói o nomear. Percebe-se, portanto, o início da circularidade, nomear propulsiona o pensar, dele, traquitana-se ainda mais o nomear e, por sua vez, o pensar. A existência da indicação geográfica precede a essência mundana da geograficidade espacializada: nisso a geografia inicia-se como pensamento e consuma-se como espacialidade.

Nesse caminho, assente-se que existir é um conteúdo pensado, relacionado com o pensante: a espacialidade abre-se através da linguagem do pensar. O pensante em ação é a *práxis* de um inerte, a saber, o pensamento abre-se perante a exigência da forma existente (prático-inerte) pensada, no pensante (SARTRE, 2002). Antes de aprofundar-se nesse percurso, atenta-se em situar geograficamente o conteúdo do Mundo, a existência espacial (Espaço) produzida pelo pensante (*presença*): "A espacialidade só pode ser descoberta a partir do mundo e isso de tal maneira que o próprio espaço se mostra também um constitutivo do mundo", ademais, "de acordo com a espacialidade essencial da presença, no que respeita a sua constituição fundamental de ser-no-mundo" (HEIDEGGER, 2015, p. 168). Essa é a relação geográfico-existencial entre Espaço e Mundo marcando-se a abertura da existência geográfica, a espacialidade como fundação do mundo irradiado pelo ser pensante na condição exigida dos entes pensados.

Nos termos geoexistenciais, a entosfera (esfera dos entes) é subsequente à ontosfera (esfera dos seres) do percebido, o ente permite-se a análise, mas mediante a síntese-analítica. Esse caminho, sempre, é socialmente interativo – intersubjetivo (ontológico) e interobjetivo (ôntico) –, haja vista afirmar-se: "Se o ser é existência em potência, segundo Sartre, e a existência é o ser em ato, a sociedade seria, assim, o Ser e o espaço, a Existência. É o espaço que, afinal, permite à sociedade global realizar-se como fenômeno." (SANTOS, 2017, p. 119). O espaço, mais que conceito existencial, é um conceito coexistencial em sua configuração à tessitura da realidade. Disso, concebe-se que se o Espaço é a existência do ser (em ato) e a Sociedade é o ser dessa existência (em potência), entende-se que o Espaço existencial é constituído, necessariamente, pelo Espaço social. Caminha-se, pois, para que: "a sociabilidade vem ao indivíduo pela totalização comum e, antes de tudo, o determina pela

curvatura, aqui, do espaço social interno.” (SARTRE, 2002, p. 598). Nesse sentido, o Espaço existencial está entremetido pelas relações da *práxis*, situando uma coligação multialética – a multiplicidade de dialéticas possíveis à irradiação – que enreda o modo de ser social, a sociedade.

Alcançou-se, logo, um vislumbre do Espaço existencial. É, pois, a concepção ontológica da espacialidade: o modo de ser ontológico do espaço. Virtua-se o espaço existencial em duas aberturas: o espaço que é ser e o ser que é espacial. Isso, em verdade, é o engodo da ontologia clássica, porque: “O que resulta disso: a ontologia bloqueia o acesso ao ente que é decisivo para a problemática filosófica, isto é, ao *ser-aí*, a partir do qual e para o qual a filosofia ‘é’.” (HEIDEGGER, 2013, p. 9, destaque do autor). A entidade deve sempre ser pensada e, sobretudo, ao que neste trabalho defende-se, conforme a sociabilidade da construção: através das relações de trabalho. Do ente social ao ser social, instiga-se: “A Terra é a forma natural do fundamento lógico, enquanto unidade negativa da oposição” (MARX, 2022, p. 183). A entosfera é o princípio lógico da geografia, sendo a própria Terra, negativa ao mundo e em dupla negativa afirmada ao Universo. O Espaço existencial é a elevação da Terra como Mundo: todo o percurso é, por si mesmo, a espacialidade do existencial do espaço pensado ao espaço pensante.

O Espaço existencial é a ontologia do espaço social, ou melhor, forma-se como a epistemologia da ontologia geográfica. Tange-se, também, compreender, segundo H. Guimarães (2010, p. 20), frente ao: “o espaço como ser: revendo criticamente o espaço existencial (a forma como seu existencial)”. Vendo-o, mais acuradamente, enquanto: “O espaço como existência do existente-humano” (GUIMARÃES, 2010, p. 20). Isso posto, envolve-se na definição de *práxis* a partir de que “a *práxis* não é temporalização de uma unidade orgânica, mas a multiplicidade negada e instrumentalizada que se temporaliza e se unifica na *práxis* comum, através da mediação das temporalizações individuais” (SARTRE, 2002, p. 595). Eis a *práxis* geográfica constituída existencialmente, dedutiva à indução das vivências correlacionadas entre si. Nisso, tem-se a condição do existente-humano fundamentado pelos processos que afiguram a totalidade espacial (o todo do *ser-em*) vinculada à totalidade social (o todo do *ser-com*).

Chega-se, portanto, ao firmamento do espaço existencial como coligação do espaço geográfico (*ente-em*) e o espaço social (*ente-com*): por isso, é a totalidade socioespacial (SANTOS, 1977). Por isto, desvirtua-se a ontologia clássica em vista de esses subespaços serem a base ôntica, as entidades, que abre o ser espacial do espaço do ser. Atenta-se, “os sentimentos, as paixões, etc. do ser humano não são apenas determinações antropológicas no sentido estrito, mas afirmações, verdadeiramente ontológicas do ser (natureza) – e [...] elas só se afirmam efetivamente pela circunstância de seu objeto ser sensível para elas”

(MARX, 2022, p. 148). Que fique claro, essa junção de expressões heideggerianas com marxianas estão guiadas ao que: “se Heidegger fez o elogio do marxismo, é porque vê nessa filosofia uma forma de manifestar, como afirma Waelhes (falando do existencialismo heideggeriano): ‘Que o Ser é Outro em mim... (e que) só é ele próprio pelo Ser, que não é ele’.” (SARTRE, 2002, p. 291). É na fase de jovem-hegeliano de K. Marx que a junção, aqui, faz-se possível entre os autores de correntes filosóficas distintas: embora confirmantes em suas ontologias.

Compreendida a instância encaminhada, o Espaço existencial, ter-se-ia uma categoria que fornece uma dimensão que contempla, nos caminhos da geografia, uma abordagem originária, comum, ao homem e à natureza: o existir terreno. À vista disso, a perspectiva existencial distende a totalidade socioespacial: enquanto espaço social e espaço geográfico. Da totalidade geográfica – Terra-Mundo-Universo –, dever-se-á compreender o Espaço existencial em suas aberturas sociais: enquanto espaço social, espaço comum e espaço individual; e escalares: espaço local, espaço nacional e espaço mundial. Essa é a trama estrutural do método de compreensão geoexistencial do espaço existencial. Vislumbra-se, pois, o pensamento geográfico de uma geografia que ruma ao ínterim da compreensão socioespacial.

2. Espaço social, Espaço comum e Espaço individual

O espaço, habitação do homem, é também o seu inimigo, a partir do momento em que a unidade desumana da coisa inerte é um instrumento de sua alienação.

(Santos, 2012, p. 35)

Corrente à perspectiva existencial, devem ser perscrutados os conceitos que sustentam sua compreensão. Entre eles, a filosofia existencial de J. Sartre (2015; 2002) a qual é generosa em suas possibilidades geográficas. Horizonta-se, nessa centelha, a prospecção da “espacialidade como extensão prático-inerte [...] na espessura espaço-tempo do campo prático-inerte” (SARTRE, 2002, p. 668). Disso, a espacialidade é realçada em sua compreensão ôntico-ontológica: entre o inerte e o prático. Em encontro com as características geográfico-existenciais, assenta-se que: “O espaço geográfico não se caracteriza unicamente pelas dimensões geométricas. Nós, homens, nós o medimos pelas possibilidades de

existência que nos oferece”¹ (SORRE, 1968, p. 98). Deste modo, o Espaço existencial configura-se em aberturas de possibilidades que revogam a discussão central da existência humana em suas relações sociais, sendo, ademais, o espaço ordenado pelo campo prático-inerte², isto é, ao ser social: embora *práxis*, “inerta-se” pelos inertes que se “praxificam”.

Certo é que esse vínculo prático com os inertes e, logo, dos prático-inertes com os inerte-práticos configura a interligação do espaço humano com o espaço natural. O Espaço existencial traquitana a circularidade entre Ser e Mundo, isso a partir das relações do meio ambiente com a espacialidade humana. Nessa interligação espaciológica, da construção espacial em objetos geográficos e nas ações geográficas para com eles – ordenadas pelo prático-inerte – é que se encontra a espacialidade do Mundo. Doravante, “é considerando o espaço como uma funcionalização do mundo que ficamos autorizados a fazer o caminho entre o ser e o existir” (SANTOS, 1996, p. 14). Isto é, entende-se o Ser enquanto processo de se preencher de essência, pela percepção (estranhamento) e pelo juízo (interpretação), na suspensão do ôntico pelo ontológico (da Terra ao Mundo), cessando o existir pelo espaço vazio.

Nessa correlação, adentro da interrelação entre o Ser e o Mundo, afigura-se o Lugar enquanto originalidade ontológica. Conforme M. Heidegger (2015), a existência exhibe a condição dupla de ser-*em* e ser-*com*, ou seja, configura-se o existir na perpétua convocação, respectivamente, do espacial e do social. Diante dessa situação geográfica socioespacial, permeia-se que: “A situação de um Homem supõe um espaço onde ele se move; um conjunto de relações e de trocas; direções e distâncias que fixam de algum modo o lugar de sua existência.” (DARDEL, 2011, p. 19). Dessa forma, a espacialidade humana está aberta ao lugar e, justamente dele, prospecta outras unidades geográficas. Consente-se essa perspectiva por A. Silva (1978, p. 7) para quem: “O espaço é, pois, o maior lugar possível. O lugar manifesta-se como área, região, território. Esses, são expressão do lugar. [...] Daí a decorrência ontológica: o lugar e a relação entre lugares”. Assim, pela existência geográfica rente às lugaridades (*em*) – originariamente localidades –, prefiguram-se as disposições de relações humanas (*com*). Confrontam-se e coexistem-se na união do lugar que dá sentido geográfico e social em justaposição eidética.

¹ Tradução livre de: “*L'espace géographique n'est pas caractérisé uniquement par des dimensions géométriques. Nous, les hommes, mesurons aux possibilités d'existence qu'elle nous offre.*”

² Encaminha-se o prático-inerte, na ordem geográfica, a partir de que: “as coisas são humanas na exata medida em que os homens são coisas; uma erupção vulcânica pode destruir Herculano: é, de certa forma, o homem que se faz destruir pelo vulcão; é a unidade social e material da cidade e de seus habitantes que, no mundo humano, confere unidade de um acontecimento ao que, sem os homens, dissolver-se-ia talvez em um processo sem limites precisos e sem significações” (SARTRE, 2002, p. 290).

Há mais. Nessa fundamentação socioespacial, transpassada pelo existencial, encontra-se uma noção, por ora, fragmentária: “O próprio espaço nos aparece como um todo fragmentado. Como as *práxis* de cada um são fragmentárias, o espaço dos indivíduos aparece como fragmentos de realidade e não permitem reconstituir o funcionamento unitário do espaço.” (SANTOS, 2012, p. 34). Portanto, na espacialidade individual da subjetividade para a intersubjetividade – do lugar aos lugares e nos entrelugares –, limitam-se, os lugares, pelo espaço vivido de totalização interobjetiva. A materialidade circundante diferencial convoca exigências sociais distintas. Outrossim, o Espaço social é interpenetrado pelos distintos espaços comuns: de cada indivíduo para cada coletivo (ou, de modo político-econômico: cada classe). Outrossim, tender-se-á para o Espaço comum, na unidade do Espaço social, relacionar o vivido enquanto correlação individual (*em*) e comum (*com*). Em particular, emula-se: “Nos lugares completos, que geralmente coincidem com as metrópoles [...] são vetores de todas as ordens buscando finalidades diversas, às vezes externas, mas entrelaçadas pelo espaço comum” (SANTOS, 2017, p. 322). Disso, o Espaço comum é uma trama de percepções da própria vivência para com o circundante, a saber, o comum é relativo às espacialidades, ao que há diversos comuns através das lugaridades do mundo, ao todo, encontra-se o Espaço social. Trata-se da totalização socioespacial.

Encontra-se, então, a orientação para se visionar melhor o percurso do individual ao comum. Enquanto indivíduos, as relações geográficas, do lugar aos lugares, expandem-se dos grupos às sociedades; consente-se, na perspectiva de J. Sartre (2002, p. 643, destaque do autor), conforme a totalização da *práxis-processo*: “existir, agir e compreender formam uma só coisa. [...] ou seja, de minha produção de mim próprio a partir do comum como *práxis-processo* em andamento”. Com isso, percebe-se que esse caminho abre as relações entre a *práxis* e os inertes, na dialética para com eles através da contradialética, pela contrafinalidade, na exigência do êxtero-condicionamento pelo prático-inerte (SARTRE, 2002). Essa totalização, do indivíduo (prático-inerte) ao comum (inerte-prático), concebe-se tanto aos objetos circundantes quanto aos sujeitos circundantes: grupos, coletivos, instituições e classes. Isto é, pode-se pensar, por exemplo, em como as classes – conforme o ser-de-classe – são prático-inertes entre si, inertes às exigências das demais e *práxis* comum na exigência às demais: eis, existencialmente, a luta de classes.

Ainda, percebe-se a concepção da geograficidade do entorno para as configurações da internalidade-externa e da externalidade-interna. Isso ao íterim do ser aberto como ente, ou melhor, do prático aberto como inerte. Assente-se: “Aquilo que chamamos de subjetividade é transferida às realidades geográficas, e é o homem que se sente e se vê como objeto: produto ou joguete de forças que se manifestam para ele em seu ambiente, e sobre os quais ele reage com sua magia e seus ritos.” (DARDEL, 2011, p. 50, destaque do

autor). A culturalidade diversifica-se na entramação dos mundos, é nessa circularidade entre o homem e a natureza que há a verdadeira configuração da existência geográfica. O espaço existencial é, por si mesmo, a circularidade entre o espaço natural e o espaço humano, ambos diversos, ambos ora práticos e ora inertes: logo, ambos, prático-inertes.

A orientação geoexistencial é a profusão da totalização das espacialidades à espacialidade em si mesma. Outrossim, voltando à *práxis* individual, compreende-se: “É esta totalidade que se totaliza: para o Outro, sou irremediavelmente o que sou, e minha própria liberdade é um carácter dado a meu ser” (SARTRE, 2022, p. 453). Igualmente, a liberdade (*práxis* livre) encontra-se como prático-inerte na contradição em si mesma, na própria negação de si mesma, de modo a nunca ser correspondente à vontade. Entrama-se, sobretudo, do passo inerte ao grupo prático, o conflito da vontade dos outros como de si (mesmo livre), esta é a alienação existencial, do indivíduo-comum, pelo “o grupo em fusão” (SARTRE, 2002, p. 450). Intenta-se ser livre e ser social como se perder como indivíduo, exercendo a individualidade exigida pelo grupo. Ser a si através dos outros é a verdadeira orientação da interseção do espaço individual com o espaço comum. Desse modo, indica-se isso segundo a seguinte concepção: “Esta, a origem de minhas relações concretas com o Outro: são inteiramente comandadas por minhas atitudes com relação ao objeto que sou para o Outro” (SARTRE, 2015, p. 453). Com isso, reforça-se a conexão, o Espaço individual é espaço comum e o Espaço comum é espaço individual, ligação contraditória mediante ao prático-inerte.

A irradiação da existência geográfica para a constituição da circularidade do espaço existencial é uma abertura de dialéticas: chama-se, na proposta deste trabalho, de multialética. Atenta-se, a multialética, em princípio sustenta-se como dialética giratória (em espiralização) *ad infinitum*: “Quando eu desejo situar-me no mundo social, descubro à minha volta formações ternárias e as segundas aparecem sobre fundo de totalização giratória e, a cada instante, podem integrar-se em uma trindade” (SARTRE, 2002, p. 222). Fundamenta-se, assim, o Espaço multialético, isto é, a fusão das possibilidades dialéticas na ordenação giratória – em um contínuo giroscópio de simultaneidade – de concepção espaciológica da geograficidade das situações (meio) e relações (ambiente) a partir da existência geográfica em seu florescimento.

Ainda que entrelaçados, estima-se definir que o Espaço individual é um fator geográfico enquanto o Espaço comum é um fato geográfico³. As exigências prático-inertes

³ Ao passo de Durkheim (1972, p. 11) concebe-se “fato” a partir da inanição individual frente ao comum (entendendo social como essa própria relação), assim, cita-se: “É fato social toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou, ainda, que é geral ao conjunto de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter”. Dessa forma, o fator é individual e o fato é uma construção social, concebendo as escalas do comum ao processo rumo à totalidade social.

de um ao outro constroem a moral geográfica, isto é, o indivíduo abre sua existência ao comum enquanto o comum constituído lança-se a todos os indivíduos como um todo. De modo mais enfático, diz-se acerca dos conflitos individuais-comuns, tal como: “A sobrevivência de relações sociais muito assimétricas, herdadas da organização colonial, torna difícil falar em bem comum ou em vontade geral nestas sociedades” (MORAES, 2004, p. 73). Esse sentido da geografia colonial afere-se ao perpasso de que a colonialidade é fator e é fato, exemplo de imputação imbricada entre o prático-inerte. A influência do individual-comum origina estruturas “onde vigoram formas de trabalho compulsório (entre elas, o escravismo) e impedimentos sociais extraeconômicos (de raça, por exemplo)” (MORAES, 2004, p. 73). As relações de poder encontram, no indivíduo que é comum e no comum que é indivíduo, a reprodução das perversidades socioespaciais, ou seja, não se trata de repreender nem o indivíduo e nem o comum, mas, além desses conceitos, a estranha contradição perpetuante do indivíduo-comum.

Disso, evidencia-se a compreensão do espaço comum que se abre à profusão de outra divisão contraditória: o espaço público e o espaço privado. O espaço público aos cidadãos e o espaço privado aos idiotas: “o *polítes* [Πολίτης] que se dedica aos grandes afazeres da comunidade, para aprender qual é a virtude do *idiótes* [ἰδιός], aquele que se ocupa de suas próprias coisas, de sua casa, de sua família, de seu patrimônio.” (BRANDÃO, 1998/1999, p. 222). Isso é dito não sem re-enfatizar: parte-se do indivíduo-comum; logo, o idiota é ora inerte ao cidadão e ora é o cidadão inerte ao idiota. É o confronto da política geográfica dos lugares e a influência do ser-em-com (o socioespacial) em sua configuração de poderes em disputa contraditória. O contexto amplia-se com a modernidade da sociedade à sociedade de massas: “a sociedade propriamente dita se restringia a determinadas classes da população, as probabilidades de que o indivíduo subsistisse às suas pressões eram bem grandes” (ARENDT, 1972, p. 251). Agora, imerso nas massas, o comum é mais forte que o indivíduo, ademais, também, o comum é mais forte que o social. Lembra-se: o espaço social é repleto de espaços comuns que, por sua vez, é repleto de espaços individuais. Dessarte, desvirtua-se ao extremo: “a sociedade de massas não precisa de cultura, mas de diversão, e os produtos fornecidos pela indústria de diversões são com efeito consumidos pela sociedade exatamente como quaisquer outros bens de consumo” (ARENDT, 1972, p. 257). O Espaço individual abre-se ao comum e dissolve-se: também, o Espaço social abre-se ao comum e dissolve-se. Em dialética, o espaço individual perde seu sentido cidadão ao passo que o espaço social perde seu sentido idiota.

Reflete-se, inclusive, o Espaço comum corrompendo o Espaço individual e o Espaço social de modo multiescalar em uma tessitura socioespacial preenchida pela “fraternidade-terror” (SARTRE, 2002, p. 523). Assente-se, com maior acurácia, ao sentido dessa

contradição estranhada, sendo-a: “vínculo estatutário entre os membros do grupo ajuramentado enquanto seu novo nascimento de indivíduos comuns confere, a cada um, direito de violência sobre a liberdade de todos os outros contra a dissolução do grupo” (SARTRE, 2002, p. 888). São os juramentos dos Espaços comuns em um vínculo de fraternidade-terror que perpetuam o comum impondo ao individual e ao social suas diretrizes público-privadas. Logo, o comum tiraniza o indivíduo tal como tiraniza o social, é uma dialética, haja vista que o indivíduo-social é eixo desvirtuado pela extremização evocada pelo ínterim do comum: indivíduo-comum-social.

Percorreu-se, então, uma perspectiva que direciona o comum e o indivíduo enquanto unidades para, respectivamente, o Espaço comum e o Espaço individual, processos totalizados no Espaço social. A totalidade socioespacial é a própria configuração da espacialidade multialética na circularidade do indivíduo e do comum a partir da fraternidade-terror da fusão dos grupos. O Espaço existencial, portanto, comporta o Espaço social na especificidade de compreensão prático-inerte da totalidade social. Com isso, os sujeitos-objetos relacionam-se com os objetos-sujeitos nas mútuas relações de exigências do êxtero-condicionamento. Disso, retoma-se a existencialidade do social geográfico ao prumo espacial, em contraponto, prossegue-se a interação à existencialidade do geográfico social, também, ao prumo espacial.

3. Espaço local, Espaço nacional e Espaço mundial

Uma vez que os temas da geografia acompanham e fazem parte do cotidiano das pessoas, inscrevendo-se nas suas condições de existência, tal fato parece justificar sua popularidade.

(Moreira, 1985, p. 56)

Dever-se-á, neste percurso à totalidade geográfica, adentrar mais a fundo na questão espacial da existência. Entra-se, pois, a espacialidade em sua profusão vivida nas relações coexistenciais com sujeitos e com objetos. Assim, de acordo com C. Norberg-Schulz (1975, p. 40), depreende-se que: “Os níveis do espaço existencial formam uma totalidade estruturada que corresponde à estrutura da existência.” Ademais, afere-se: “O homem existe em relação a muitos objetos: com objetos físicos, psicológicos, sociais e culturais. Todos estes objetos encontram-se a diferentes níveis: das coisas, da casa, da cidade e da paisagem rural ou campestre.”⁴ Nesse sentido, há a diversidade de níveis para a configuração

⁴ Tradução livre de: “Los niveles del espacio existencial forman una estructurada totalidad que corresponde a la estructura de existencia. El hombre existe en relación con muchos objetos: con objetos físicos, síquicos, sociales y culturales. Todos esos objetos los encuentra a diversos niveles: de las cosas, de la casa, de la ciudad y del paisaje rural o campestre.”

geográfica do espaço existencial, a saber, perscrutar-se-ão, em transpassares interpenetrados, as dimensões espaciais do local, do nacional e do mundial.

Nesse sentido, a relação entre a escalaridade e a existencialidade é entremetida na objetividade concebida na intersubjetividade. Ademais, imputa-se: “O espaço existencial, por conseguinte, simboliza o ‘ser-no-mundo’ do homem ou, segundo Heidegger: ‘*das dasein ist räumlich*’ [a existência é espacial].”⁵ (NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 34). Concerne-se admitir, para promover uma colocação coexistencial, a compreensão conforme “a multiplicidade dos condicionamentos da existência em relação às exigências do trabalho”; isso à medida que “[...] as modalidades do trabalho influenciam sobre a vida dos indivíduos como um todo” (GEORGE, 1969, p. 133). Há, na orientação das relações de exigências contraditórias entre o indivíduo e o comum, a temática do trabalho como a questão que interliga as subjetividades à interobjetividade. Isso ao passo de o ser humano abrir-se ao mundo conforme abre seu espaço através da expansão do trabalho que consuma a materialidade circundante como, de fator e de fato, humana.

Logo, verifica-se, no trabalho, a questão existencial intensa de relações (*com*) e de repetições (*em*), desvelando o contexto socioespacial. Com isso, de modo contundente, por R. Moreira (1985, p. 68), assenta-se: “A configuração da geografia como mundo circundante decorre do fato de que a existência é garantida pelo trabalho dos homens”. Trabalhar é um processo técnico de exigência da natureza circundante: humanamente hierarquizado e pulsionado pelo retorno do mundano ao terreno. O crivo dessa exigência está vinculado com as necessidades. Isso dito, ao passo de diferenciação socioespacial (local, nacional ou mundial) entendem-se regionalidades mais fáceis ou menos de existência: medidas pela consideração da escassez (deflagrando o Universo, nadológico). Desse modo, compreende-se que em uma geografia da alienação, da existência do êxtero-condicionamento, “fomenta a escassez para forjar necessidades novas e renovar as necessidades velhas, subordinando a existência dos homens e os movimentos da natureza ao circuito das mercadorias” (MOREIRA, 1985, p. 106). A escassez é o cerne existencial do trabalho, tornando-se uma condição profunda de disparidades dos lugares na tessitura do meio ambiente.

De prontidão: “A escassez⁶, seja qual for a forma que assuma, domina completamente a *práxis*” (SARTRE, 2002, p. 243). Essa elaboração, exemplifica-se, acontece ao passo de que: em uma *escala local*, falta comida em uma casa, logo, essa escassez impulsiona a

⁵ Tradução livre de: “*El espacio existencial, por tanto, simboliza el 'ser-en-el-mundo' del hombre o, según Heidegger: 'das dasein ist räumlich'.*”

⁶ Dessarte, entende-se, com mais detalhamento, que: “Assim, o trabalho humano do indivíduo (e, por conseguinte, do grupo) é condicionado em seu objetivo, portanto, em seu movimento, pelo projeto fundamental no homem de superar – para ele ou para o grupo – a escassez como perigo de morte, sofrimento presente e relação primitiva que constitui, *ao mesmo tempo*, a Natureza pelo homem e o homem pela Natureza.” (SARTRE, 2002, p. 249, destaque do autor).

trabalhar; considera-se aqui também (existencialmente) o roubar como um trabalho, contudo, obviamente, ilícito. Ainda, pondera-se, na *escala nacional*, frente à escassez-consumidora, prontamente, há nacionalmente um investimento para essa troca (o sanar a escassez). Outrossim, pela *escala mundial*, carece, aos países subdesenvolvidos, de mais tecnologia, assim como há necessidade de diversidades de matérias-primas das centralidades do poder técnico, logo, tem-se a divisão internacional do trabalho, com toda sua desigualdade; certamente, alerta-se que mesmo a “globalização não apaga nem as desigualdades nem as contradições que constituem uma parte importante do tecido da vida social, nacional e mundial.” (KAYSER apud LENCIONE, 1999, p. 191). As *práxis* – locais, nacionais e globais –, coagidas pela escassez, praticam das maiores crueldades às maiores feitorias jurídicas de acordos coletivos, para resolverem a questão da escassez; em uma ânsia de abundância, que, no modo neoliberal, é desenfreada e avassaladora, do homem e da natureza.

A questão centrada na escassez promove a produção do que existe no território, agregando valor ao produto de acordo com as possibilidades técnico-científico-informacionais (SANTOS, 2017) e, sobretudo, com as intencionalidades frente aos caminhos possíveis e às localidades favoráveis. Ademais, quanto à totalidade socioespacial, entende-se que: “Essa experiência de escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente” (SANTOS, 2017, p. 309). Conhecida a experiencialidade, defronta-se que é no ritmo das existências do trabalho que todas as escalaridades sociais concretizam-se; desse modo, a repetição no Espaço local é onde a realidade do trabalho é originada, pelo indivíduo, através da venda de sua força de trabalho: “Assim, alienada, a existência humana reproduz-se ao ritmo da reprodução do capital” (MOREIRA, 1985, p. 107). Esse é o propulsor, o capital, da escassez em suas concepções cada vez menos concretas e mais virtualizadas. A ausência de materialidade no meio ambiente é a escassez real, enquanto a ausência de valor real (por exemplo, derivativos) é a escassez virtual. A primeira, natural, exige trocas e usos finitos, enquanto a segunda, produzida, permite a ilusão de trocas e usos infinitos.

O local de trabalho é o espaço privilegiado da produção, é onde a luta de classes atinge sua escala originária, o começar da totalização multialética das relações até a *práxis-processo* à guisa do fomento da escassez. Ali se aliena, ali se explora, ali se é explorado, ali se coaduna do Espaço comum nas escalaridades até a exigência do Espaço mundial globalizado. Vale destacar, “nessa sociedade global, o trabalho, também, se desterritorializa.” (LENCIONE, 1999, p. 179). Ao sentido de abrir as relações de explorações do sistema de locais, o espaçamento entre os locais aumenta-se ao ponto de transgredir o Espaço nacional. Consente-se com que: “A localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela. O Mundo, todavia, é nosso estranho. Entretanto se, pela sua essência, ele pode esconder-se, não pode fazê-lo pela sua existência, que se dá pelos lugares” (SANTOS, 2017,

p. 321). Local e lugar diferenciam-se enquanto pertencimento, malgrado em ambos haja deslocamento, mas o lugar clama por pertencimento enquanto o local não necessariamente venha a ser um lugar. A trama de locais aumenta com a globalização enquanto a trama de lugares desmancha-se à sociedade de massas, ao império do comum.

Nesse caminho, pensa-se que o Espaço local está constituído enquanto ponto para a teia nacional e, sobretudo à pauta global, mundial das redes. Ao espaço local intenta-se a experiência dialética entre o deslocar e o pertencer, respectivamente, na localização e na lugarização (LOPES, 2019). Assim sendo, a abertura da liberdade coaduna com a alienação da circularidade prático-inerte. Portanto, a trama dos locais tece o preâmbulo das redes hierarquizadas, isto é: “As redes são veículos de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe território e o lugar; e, de outra parte, confronta o lugar ao território tomando como um todo” (SANTOS, 2017, p. 270). Deste modo, do Espaço mundial oposto ao Espaço nacional transpassa o Espaço local que elabora a trama de interconexão em rede. Os locais necessitam-se, as trocas e usos agem da escassez à economia transpassada, nesse complexo, pela política multiescalar.

A totalidade socioespacial concebe uma relação intensa de trabalho para com a exigência da escassez. A escalaridade complexifica essas relações, do trabalhador às divisões regional, territorial e internacional do trabalho. Cada uma dessas diferenciações, articulando-se com a *práxis-processo*, engendra-se por uma disposição diferente, sobretudo quanto à atitude moral (ou imoral): situando a ética no espaço individual e a moral no espaço comum. Dessa sorte, a relação das existências sociais está imersa em todas as suas dinâmicas lançadas na espacialidade, pois: “A sociedade é o tema verdadeiro da geografia; e ela estudá-la-á a partir daquilo que é expressão material visível da sociedade: o espaço” (MOREIRA, 1985, p. 68). Dessa produção labutar, assente-se que há na socioespacialidade uma correlação de formação social do espaço: “Logo, o espaço não qualifica os processos sociais sendo, ao contrário, por eles definido” (MORAES, 2005, p. 148). Nesse sentido, ao passo eminentemente geográfico, abre-se a existência geográfica em suas situações, aos lugares, entramadas em relações aos locais: o espaço existencial abre-se nas interrelações socioespaciais, quer pelo movimento social, quer pelo movimento dos lugares perante os locais.

Através da multialética dos lugares, sempre abertos na espacialidade do corpo-consciência da existência geográfica, entramam-se, nas redes de locais, as pulsões de vida e de morte ao espaço mundial. Dessarte, versa-se que: “Assim, cada lugar, cada subespaço, tanto se define por sua existência corpórea, como por sua existência relacional” (SANTOS, 2017, p. 257). A questão, pois, frente ao que pede a existencialidade da escalaridade do indivíduo à da sociedade, guia-se que: “urge relacionar o cotidiano e a história, vendo o hoje

como o local da *práxis*” (MORAES, 2005, p. 84). Anima-se a coligação dos lugares com o mundo, através da geograficidade do cotidiano individual-comum-social. Ainda, na relação do Espaço mundial e o Espaço local: “No caso do Mundo, a forma é sobretudo norma, no caso do Lugar a norma é sobretudo forma” (SANTOS, 2017, p. 338). Com isso, compreende-se a realidade que tange à concepção da totalidade socioespacial: entramando o espaço mundial como forma-normal e o espaço local, em lugaridade, em sua norma-formal.

Deste modo, retoma-se, entende-se que o caminho da escassez constrói as relações de trabalho no espaço existencial. A perspectiva socioespacial exige pensar em uma ontologia de totalização da *práxis* entre a fraternidade-terror, promovida pela própria guerra: “Escassez do tempo: o inimigo ainda não chegou, mas poderá chegar a qualquer momento.” (SARTRE, 2002, p. 462). O trabalho negativo à humanidade, propriamente desumano, também é tecido à naturalidade, propriamente desnaturado. Recai-se, novamente, na questão homem e natureza: “a *práxis*, enquanto *práxis* de um organismo que reproduz sua vida ao reorganizar o meio ambiente, é o homem. O homem que se faz, refazendo-se. E é a mesma coisa fazer-se ou produzir-se a partir de sua própria possibilidade” (SARTRE, 2002, p. 432). As negações do trabalho são frutos da escassez que, contraditoriamente, é intensificada: o homem torna-se menos humano e a natureza torna-se menos natural. A escassez é fundamento terreno das mazelas do mundo, uma contradição entre a sua própria realidade e universalidade.

Ao rumo da subversão, é contra-efetivo (do real ao ideal) a experiencialidade do espaço social imerso no espaço mundial. Atenta-se que: “No campo e nas cidades, o aprendizado e a crítica da racionalidade hegemônica se fazem através do uso da técnica e da experiência de escassez.” (SANTOS, 2017, p. 307). A cura da escassez é o sentido de reformulação do espaço existencial em sua constituição socioespacial à doutrina do social e da natureza em unívoca circularidade ao sentido de criação mais que da produção, da técnica mais que da mazela, da experiência mais que da exploração. Essa reivindicação está no curso da desvirtuação da globalização dos locais mais que dos lugares. Logo, é no descontentamento de baixo que o firmamento de cima permite cair, isso na própria formulação completa a ser desformulada da totalidade socioespacial.

4. Considerações finais

Em busca de construir-se uma concepção da totalidade socioespacial, este trabalho abriu-se tanto pela totalidade social quanto pela totalidade espacial. De modo a engendrar o Espaço existencial, situa-se o espaço social conforme a totalização em coligações multialéticas a partir da irradiação da existência geográfica. Dessarte, a *práxis-processo* rumo a conceber sua espacialidade em uma experiencialidade que arquiteta e engenha a

totalização em uma tessitura: tanto do individual e comum circulando pelo social; quanto em escalaridades: local, nacional e mundial. Ademais, as relações fundamentam-se pelo trabalho (em sentido existencial) através do êxtero-condicionamento da exigência da escassez. Desse modo, delineou-se uma reflexão teórico-metodológica transpassada pela ontologia-fenomenológica através das multialéticas geoexistenciais.

Nesse caminho, o espaço fundamenta o ser e, enquanto ser, é fundamentado pela sociedade. Ainda, compreende-se a espacialidade existente como relação da *práxis* para com o prático-inerte: os sujeitos-objetos e os objetos-sujeitos exigem-se. A relação de exigência perpassa a espacialidade, tanto pela configuração do ser-em, na totalidade espacial quanto do ser-com, na totalidade social; logo, a totalidade espacial advém dessa coligação embutida: a totalidade socioespacial. Isso ao percurso epistemológico da Terra ao Mundo e do Mundo ao Universo, à base ente-ser-nada da geograficidade. Consente-se, pois, que a abertura da circularidade, entre o Ser e o Mundo, tece o socioespacial. Disso, adentra-se em uma multialética, dos indivíduos a formarem um comum, isto é, um Espaço individual e um Espaço comum que são sintético-analíticos, ou seja, factualmente indiferenciáveis (sintéticos), existencialmente distinguíveis (analíticos). Ademais, o Espaço individual é um fator geográfico, enquanto o Espaço comum é um fato geográfico, por além que o Espaço social abre-se ao comum (cidadãos) e dissolve-se ao individual (idiotas). Assim, a totalidade individual constrói-se pelos indivíduos, mas se concretiza no comum que volta, enquanto todo, aos indivíduos, exercendo uma paradoxal condição de fraternidade-terror.

Adentrando no arremate da escalaridade socioespacial, tem-se a interrelação dos níveis: locais, nacionais e mundial. Desse passo, encontra-se, do local, o acontecer originário do lugar, o trabalho aqui é fundamental, promovido diante o conjunto do deslocar e do pertencer. As exigências da escassez em todas as instâncias – Espaço local, Espaço nacional e Espaço mundial – modulam a diferenciação das dinâmicas e das funções do trabalho. Nesse caminho, encontra-se o prático-inerte da escassez, logo que o trabalho é provido da exigência local circundante imputando um processo técnico alienado. O nacional e mundial cerceiam divisões do trabalho em escalas muito menores, fomentando, na globalização, a destituição do individual e do social pelo comum. Hoje, tem-se a escassez intencional como maior destaque, ademais, articula-se uma busca ao controle da escassez, ao controle existencial geopoliticamente.

Quanto à totalidade socioespacial, que constitui o Espaço existencial, considera-se que sua dinâmica mais sociológica está diante do Espaço social, Espaço comum e Espaço individual; enquanto sua dinâmica mais espacial é a escalaridade pelo Espaço local, Espaço nacional e Espaço mundial. Configura-se, então, um caminho do fenômeno geoexistencial em sua espacialidade que circula a relação da humanidade e da naturalidade

enquanto imbricação do ser social e do ser natural. A discussão teórica é, pois, base para a fomentação da prática, ao que, em busca final, intenta-se fundamentar a *práxis* geográfica. Nesse sentido, entranham-se, da existência geográfica ao espaço existencial, bases para a geografia existencial em sua formulação como uma doutrina social.

5. Referências

- ARENDDT, H. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- BRANDÃO, J. J. L. *Econômico* de Xenofonte. **Kléos**, n. 2/3, p. 221-227, 1998/1999.
- DARDEL, E. **O Homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DURKHEIM, É. "O que é fato social?" *In: As Regras do Método Sociológico*. 6ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, p. 8-11, 1972.
- GADAMER, H. **Verdade e método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 2015.
- GEORGE, P. **Sociologia e geografia**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Forense, 1969.
- GUIMARÃES, H. O espaço existencial em xeque: uma odisséia para o espaço ontológico na geografia. **Revista RA'E GA**, Curitiba, n. 19, p. 19-34, 2010.
- HEIDEGGER, M. **Ontologia** (hermenêutica da facticidade). 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LENCIONE, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Ed. USP, 1999.
- LOPES, J. N. D. Complexo de Odisseu: uma geografia existencial do deslocar e do pertencer. São Paulo: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 102, p. 48-62, 2019.
- LOPES, J. N. D. Existência geográfica: mundo-no-ser e ser-no-mundo. **Revista de Geografia (UFPE)**, Recife, v. 39, n. 3, p. 68-87, 2022.
- LOPES, J. N. D. Geografia existencial: entosfera, ontosfera e nadosfera. **Geografia (Rio Claro. Online)**, Rio Claro, v. 46, n. 1, p. 1-22, 6 jun. 2021.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Petrópolis: Vozes, 2022.
- MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. 5ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2004.
- MOREIRA, R. **O que é geografia**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.
- NORBERG-SCHULZ, C. **Existencia, Espacio y Arquitectura**. Barcelona: Blume, 1975.
- RECLUS, É. **O Homem e a Terra**: Progresso. São Paulo: Expressão & Arte: Imaginário, 2011.
- SANTOS, M. A. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 9ª ed. São Paulo: Ed. USP, 2017.

SANTOS, M. A. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, 1977.

SANTOS, M. A. **Pensando o espaço do homem**. 5ª ed. São Paulo: Ed. USP, 2012.

SANTOS, M. A. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 7-14, ago. 1996.

SARTRE, J. **O Ser e O Nada**: ensaio de Ontologia Fenomenológica. 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SARTRE, J. **Crítica da razão dialética**: precedido por questões de método. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, A. C. **O espaço fora do lugar**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SORRE, M. **Recontres de la géographie et de la sociologie**. Paris: Librairie Marcel Rivière et Cie., 1968.